



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA E CONSOLIDAÇÃO
Avenida Afonso Pena, nº 3500
Belo Horizonte/MG
<https://www.gov.br/incra>

ACORDO DE ADESÃO COM A ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DOS MUNICÍPIOS E DO DISTRITO FEDERAL OU COM AS EMPRESAS PRESTADORAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, CONFORME DEFINIDO NA LEI Nº 12.188, DE 2010, OU NA LEI Nº 12.897, DE 2013

Acordo de Adesão /Incra/SR(06)MG nº 03/2025

**ACORDO DE ADESÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA – INCRA E O MUNICÍPIO DE MONTALVÂNIA,
MINAS GERAIS, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1.984, revigorado pelo Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989, CNPJ 00.375.9721/0001-60, com sede em Brasília – DF, no Setor Bancário Norte, Edifício Palácio do Desenvolvimento, doravante denominado simplesmente INCRA, neste ato representado pela sua Superintendente Regional do Estado de Minas Gerais, Sra. Neila Maria Batista Afonso, nomeada por meio da Portaria Pessoal Incra Nº. 302, de 16 de maio de 2023, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº. [REDAZIDO] PC/MG e CPF nº. [REDAZIDO], no uso das atribuições que lhe confere o art. 153 do Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria/Incra nº 925, de 30 de dezembro de 2024, publicada no Diário Oficial da União nº 251, de 31 de dezembro de 2024 e a administração direta ou indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.097.791/0001-12, com sede na Avenida Confúcio, nº 1.150 - Centro, CEP: 39.495-000, Montalvânia/MG, doravante denominado Município de Montalvânia, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Fredson Lopes França, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº [REDAZIDO] DGPC/GO e do CPF nº [REDAZIDO]

RESOLVEM celebrar o presente Acordo de Adesão, tendo em vista o que consta do Processo n. 54000.021935/2025-15 e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 2021, do Decreto nº 11.531, de 2023, legislação correlacionada a política pública e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Acordo de Adesão tem por objeto disponibilizar equipe técnica habilitada para a realização de ações destinadas à concessão e à operacionalização dos Créditos de Instalação do Programa Nacional da Reforma Agrária - PNRA, estabelecidos nos incisos II, III, IV e V do art. 2º do Decreto nº 11.586/2023, para as famílias beneficiárias dos projetos de assentamento ou áreas reconhecidas pelo Incra no Município de Montalvânia, localizado na jurisdição da Superintendência Regional do Incra no Estado de Minas Gerais, conforme Plano de Trabalho em anexo.

2. CLAUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

2.1. Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Acordo de Adesão, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acata os partícipes.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETIVO

3.1. O presente Acordo de Adesão visa a apoiar os assentados do PNRA quanto à aplicação dos Créditos de Instalação estabelecidos nos incisos II, III, IV e V, por meio de concessão de financiamento voltado à implementação de projetos produtivos, de geração de renda ou de segurança hídrica.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

4.1. O presente Acordo de Adesão rege-se-á pelo disposto no artigo 184 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e legislação correlata, pelo Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, pelo Decreto nº 11.586, de 28 de junho de 2023, e pela Instrução Normativa Nº 138, de 07 de dezembro de 2023.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS DOS PARTÍCIPES

5.1. São obrigações comuns de ambos os partícipes:

5.1.1. - divulgar e orientar os beneficiários quanto aos critérios estabelecidos no Decreto nº 11.586, de 28 de junho de 2023 e na Instrução Normativa nº 138/2023, para concessão do Crédito de Instalação nas modalidades objeto deste acordo, esclarecendo o papel de cada agente envolvido, seus direitos e deveres.

5.1.2. - informar aos beneficiários o valor do crédito, o percentual do rebate e o prazo de carência;

5.1.3. - executar as ações objeto deste Acordo, assim como monitorar os resultados;

5.1.4. - designar, no prazo de até 15 dias, a contar da celebração do presente acordo, representantes institucionais incumbidos de coordenar a execução deste Acordo;

5.1.5. - responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio da outra parte, quando da execução deste Acordo; analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;

5.1.6. - analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;

5.1.7. - cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;

5.1.8. - realizar vistorias em conjunto, quando necessário;

5.1.9. - disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;

5.1.10. - permitir o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao acordo, assim como aos elementos de sua execução;

5.1.11. - fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;

5.1.12. - manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº 12.527, de 2011- Lei de Acesso à Informação - LAI) obtidas em razão da execução do acordo, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes;

5.1.13. - observar os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste acordo; e

5.1.14. - obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso.

5.2. Subcláusula única - As partes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO PARTICÍPES 1

- 6.1. Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades do Incra:
- 6.1.1. realizar atualização cadastral dos beneficiários, conforme previsto no inciso I do artigo 3º do Decreto 11.586, de 28 de junho de 2023.
- 6.1.2. aprovar, por meio do Superintendente Regional, Plano de Trabalho elaborado pela Entidade Parceira relativo aos objetivos deste Acordo;
- 6.1.3. disponibilizar o valor do Crédito de Instalação nas modalidades, previstas no objeto deste acordo, aos beneficiários em uma única operação;
- 6.1.4. fiscalizar a aplicação do crédito por meio de amostragem obtida através de sorteio aleatório realizado pelo Incra-Sede por definição de regras simples, na jurisdição da Superintendência Regional no Estado de Minas Gerais, obedecendo o percentual da amostra já definido no art. 32 da IN 138/2023, por Projeto de Assentamento ou área reconhecida;
- 6.1.5. credenciar e orientar os profissionais habilitados que serão disponibilizados pela Entidade Parceira, quanto ao objetivo do crédito de instalação e as normas aplicáveis a operacionalização.
- 6.1.6. cumprir os prazos estabelecidos ao Incra no plano de trabalho e cobrar o cumprimento dos prazos por parte da entidade.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO PARTICÍPE 2

- 7.1. Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades da administração direta ou indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal ou da empresas prestadora de assistência técnica, conforme definido na lei nº 12.188, de 2010, ou na lei nº 12.897, de 2013:
- 7.1.1. elaborar e apresentar Plano de Trabalho com os objetivos, metas, etapas, atividades e prazos de execução do objeto do acordo;
- 7.1.2. disponibilizar técnicos habilitados sem ônus para o Incra, os quais se responsabilizarão pela elaboração do projeto técnico e pelo relatório técnico de execução do projeto;
- 7.1.3. realizar mobilização dos beneficiários para a implementação da concessão do Crédito de Instalação e informá-los sobre os objetivos do crédito, seus direitos e obrigações, bem como a forma de operacionalização e comprovação perante o Incra;
- 7.1.4. orientar e acompanhar o processo de execução dos trabalhos até encerramento da concessão do crédito;
- 7.1.5. emitir o relatório técnico de execução do projeto no prazo máximo de 12 meses, contado da data de liberação do crédito no cartão da unidade familiar;
- 7.1.6. prestar o apoio necessário ao Incra para que seja alcançado o objeto deste acordo em toda sua extensão;
- 7.1.7. cumprir os prazos estabelecidos no plano de trabalho.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO GERENCIAMENTO DO ACORDO DE ADESÃO

- 8.1. No prazo de até 15 dias a contar da publicação do presente acordo, cada partícipe designará por instrumento formal preferencialmente servidores públicos envolvidos e responsáveis para gerenciar a parceria; zelar por seu fiel cumprimento; coordenar, organizar, articular, acompanhar monitorar e supervisionar as ações que serão tomadas para o cumprimento do ajuste.
- 8.1.1. Subcláusula primeira. Competirá aos designados a comunicação com o outro partícipe, bem como transmitir e receber solicitações; marcar reuniões, devendo todas as comunicações serem documentadas.
- 8.1.2. Subcláusula segunda. Em caso de substituição do indicado, a comunicação deverá ser feita ao outro partícipe, no prazo de até 5 dias da ocorrência do evento, seguida da identificação do substituto.

9. CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS

- 9.1. Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente Acordo de Adesão. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.
- 9.1.1. Subcláusula primeira. As ações que implicarem repasse de recursos serão viabilizadas por intermédio de instrumento específico.
- 9.1.2. Subcláusula segunda. Os serviços decorrentes do presente acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS HUMANOS

- 10.1. Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos partícipes, em decorrência das atividades inerentes ao presente acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe.
- 10.1.1. Subcláusula única: As atividades não implicarão cessão de servidores, que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no acordo e por prazo determinado.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

- 11.1. Este Acordo de Adesão entrará em vigor na data da publicação do seu extrato no DOU pelo prazo de 30 meses, podendo ser prorrogado por igual período, a critério dos partícipes, por meio de Termo Aditivo, desde que tal interesse seja manifestado, previamente e por escrito, em até 60 dias antes do término de sua vigência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA MODIFICAÇÃO

- 12.1. O presente instrumento poderá a qualquer tempo ser modificado, exceto quanto ao seu Objeto, mediante Termo Aditivo, desde que tal interesse seja manifestado por um dos partícipes previamente e por escrito, devendo em qualquer caso haver a anuência da outra parte com a alteração proposta.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ENCERRAMENTO

- 13.1. O presente Acordo de Adesão será extinto:
- 13.1.1. - por advento do termo final, sem que os partícipes tenham até então firmado aditivo para renová-lo;
- 13.1.2. - por renúncia de qualquer dos partícipes, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 60 dias;
- 13.1.3. - por consenso dos partícipes antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado;
- 13.1.4. - por rescisão.
- 13.2. Subcláusula primeira. Havendo a extinção do ajuste, cada um dos partícipes fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.
- 13.3. Subcláusula segunda. Se na data da extinção não houver sido alcançado o resultado, as partes entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral por um dos partícipes.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

- 14.1. O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 60 dias, nas seguintes situações:
- 14.1.1. - quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize o alcance do resultado do Acordo de Adesão; e
- 14.1.2. - na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO**
- 15.1. Os PARTICÍPES deverão publicar o Acordo de Adesão na página do sítio oficial da Administração Pública na internet.
16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO**
- 16.1. A publicidade decorrente dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, procedentes deste Acordo Adesão deverá possuir caráter educativo, informativo, ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do art. 37, §1º, da Constituição Federal.
17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA AFERIÇÃO DE RESULTADOS**
- 17.1. Os partícipes deverão aferir os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório conjunto de execução de atividades relativas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados, no prazo de até 30 dias após o encerramento.
18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS**
- 18.1. As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.
19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA- DA CONCILIAÇÃO E DO FORO**
- 19.1. Na hipótese de haver divergências, que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo, os partícipes solicitarão à Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, a avaliação da admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de conciliação.
- 19.1.1. Subcláusula única. Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Adesão o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, nos termos do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.
- 19.2. E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos representantes dos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Belo Horizonte - MG, 25 de fevereiro de 2025

ANEXO AO ACORDO DE ADESÃO

PLANO DE TRABALHO

DADOS CADASTRAIS

ÓRGÃO/ENTIDADE COOPERANTE: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) EM MINAS GERAIS- SR/06)MG			CNPJ: 00.375.972/0008-37
Endereço: Avenida Afonso Pena nº. 3.500 - Cruzeiro			
Cidade Belo Horizonte	UF MG	CEP 31.130-009	DDD/Telefone (31) 3131-2070
Nome do Responsável Neila Maria Batista Afonso			Cargo Superintendente Regional

ÓRGÃO/ENTIDADE COOPERANTE MUNICÍPIO DE MONTALVÂNIA			CNPJ: 17.097.791/0001-12
Endereço: Avenida Confúcio, nº n° 1.150 - Centro			
Cidade Montalvânia	UF MG	CEP 39.495-000	DDD/Telefone (38)3614-1537
Nome da Responsável Fredson Lopes França			Cargo Prefeito
Nome do Profissional Técnico Habilitado Vanderley José de Carvalho			Formação do Profissional Técnico Habilitado Técnico em Agropecuária
Número do Registro do Profissional Técnico Habilitado CFTA Nº: 734.695.566-87			Telefone de Contato e e-mail do Profissional Técnico Habilitado [REDACTED] vanderley.carvalho@emater.mg.gov.br

DESCRIÇÃO DO PROJETO

Identificação do Objeto: O PRESENTE ACORDO DE ADESÃO TEM POR OBJETO TEM POR OBJETO DISPONIBILIZAR EQUIPE TÉCNICA HABILITADA PARA A REALIZAÇÃO DE AÇÕES DESTINADAS À CONCESSÃO E À OPERACIONALIZAÇÃO DOS CRÉDITOS DE INSTALAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA - PNRA, ESTABELECIDOS NOS INCISOS II, III, IV E V DO ART. 2º DO DECRETO Nº 11.586/2023, PARA AS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO OU ÁREAS RECONHECIDAS PELO INCRA NO MUNICÍPIO DE MONTALVÂNIA, LOCALIZADOS NA JURISDIÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS	Período de Execução	
	INÍCIO 02/2025	TÉRMINO 08/2027

Justificativa da proposição

O Incra vem envidando esforços no sentido de conceder aos beneficiários do PNRA os Créditos de Instalação nas modalidades previstas no Decreto 11.586/2023 e para tanto, necessita de parceiros para ampliar tais ações e assim beneficiar aos assentados do PNRA que estejam em situação regular, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida familiar.

O acesso às Políticas Públicas de Crédito de inclusão socioprodutivas para as famílias beneficiárias do PNRA, só se viabiliza mediante a elaboração de projetos técnicos, conforme exigidos pelo Decreto 11.586/2023, e que devem ser elaborados por técnicos habilitados mediante celebração de Acordo de Adesão com o Município de Montalvânia - MG.

Com a concessão dos Créditos de Instalação, o Incra contribuirá para a promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo à geração de trabalho e renda, para apoiar soluções de captação, armazenamento e distribuição de água para o consumo humano, animal e produtivo, à escolha de cada família assentada, contribuindo ainda para dar as condições básicas à permanência e desenvolvimento das famílias e geração de excedente produtivo, bem como a melhoria da qualidade de vida familiar.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO PARA (META, ETAPA OU FASE)

ETAPA 1. INCRA

Atividades a serem desenvolvidas	Prazo de execução	Responsáveis	Resultados esperados	Verificador (formas de entrega)
a) Realizar a capacitação do Profissional Técnico Habilitado;	01 mês	Comissão de Créditos	Profissional Técnico Capacitado	Certificado
b) Realizar a qualificação da demanda visando a concessão dos créditos de instalação Fomento Mulher, Fomento, Fomento Jovem e Semiárido;	30 meses	Comissão de Créditos	Planilha elaborada com os beneficiários aptos para a elaboração dos projetos técnicos	Meio Digital
c) Fornecer informações preliminares sobre o(s) Projeto(s) de Assentamento objeto do acordo;	30 meses	Comissão de Créditos	Repassar as informações dos Projetos de Assentamento	Meio Digital
d) Providenciar o kit com material de apoio completo (formulários, questionários, notificações, contratos de créditos, relatórios, etc, conforme as peculiaridades do projeto);	30 meses	Comissão de Créditos	Entregar todo o material de apoio para a prestação dos serviços	Meio Digital
e) Realizar a avaliação e fiscalização da concessão dos créditos de instalação Fomento Mulher, Fomento, Fomento Jovem e Semiárido	30 meses	Comissão de Créditos	Serviços prestados de acordo com as normas e especificações exigidas neste Acordo de Adesão	Laudo de Fiscalização da aplicação dos créditos de instalação

ETAPA 2. MUNICÍPIO

Atividades a serem desenvolvidas	Prazo de execução	Responsáveis	Resultados esperados	Verificador (formas de entrega)
a) Apresentar cronograma detalhado da prestação dos serviços no assentamento	01 mês	Profissional Técnico do Município	Cumprimento do cronograma	Entrega do cronograma contendo a previsão para início e término dos serviços no assentamento
b) Realizar reunião orientadora com os beneficiários sobre os direitos e obrigações para execução do Crédito de Instalação	30 meses	Profissional Técnico do Município	Reunião Realizada	Entrega de Relatório da reunião orientadora com os beneficiários
c) Elaborar projeto técnico de acordo com a realidade do assentamento;	30 meses	Profissional Técnico do Município	Projetos Técnicos elaborados	Entrega dos projetos técnicos assinados pelos beneficiários para a concessão dos créditos de instalação Fomento, Fomento Mulher, Fomento Jovem e Semiárido
d) Coleta de assinaturas dos Contratos de Crédito Instalação	30 meses	Profissional Técnico do Município	Contratos de crédito instalação assinados para concessão do crédito instalação	Entrega de contratos de crédito instalação assinados pelos beneficiários
e) Prestação de contas e verificação dos resultados alcançados	30 meses	Profissional Técnico do Município	Aplicação do crédito instalação em toda a unidade familiar do assentamento	Entrega de relatório técnico de execução do projeto técnico,



Documento assinado eletronicamente por **FREDSON LOPES FRANÇA, Prefeito Municipal**, em 25/02/2025, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Neila Maria Batista Afonso, Superintendente**, em 26/02/2025, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei-incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23364615** e o código CRC **2A58DB4C**.